

A contribuição da história dos conceitos à ciência da informação: dimensões categórico-abstratas e analítico-causais

Rodrigo Rabello

Doutor em ciência da informação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp), São Paulo-SP, Brasil. Estagiário de pós-doutorado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília-DF, Brasil
E-mail: rdgrabello@yahoo.com.br

Resumo

A história dos conceitos, embora ainda pouco explorada pela ciência da informação, pode fornecer importantes contribuições para o estudo de conceitos-chave que constituem o quadro teórico-conceitual num contexto científico. Nessa direção, a história dos conceitos é apresentada como uma ferramenta para o estudo da diacronia e da sincronia do *conceito científico* na ciência da informação. Para tanto, foi mister compreender a intersecção das dimensões categórico-abstratas e analítico-causais, ambas relevantes por serem constitutivas da própria proposição da história dos conceitos elaborada por Reinhart Koselleck.

Palavras-chave

Conceito científico. História dos conceitos. Epistemologia. Ciência da informação.

The contribution of the history of concepts to information science: categorical-abstract and analytical-causal dimensions

Abstract

The history of concepts, albeit still little explored by information science, can provide important contributions for the study of key concepts that constitute the theoretical-conceptual framework in a scientific context. Thus, the history of concepts is presented as a tool for the study of diachronic and synchronic features of the scientific concept in Information Science. For such, it was imperative to understand the intersection of the categorical-abstract and analytical-causal dimensions, both relevant for constituting the very proposition of the history of concepts elaborated by Reinhart Koselleck.

Keywords

Scientific concepts. History of concepts. Epistemology. Information Science.

INTRODUÇÃO

No presente texto buscam-se alternativas metodológicas para pensar o *conceito científico* no campo da ciência da informação. É importante salientar que o conceito em questão, além de ser constituído por uma natureza que o particulariza, adquire real interesse quando a ele congregam-se valores reconhecidos pela *comunidade científica*, remetendo à sua imprescindibilidade para a sistematização e formalização de quadros teóricos que orientam o estudo de diferentes fenômenos informacionais na ciência da informação.

O *conceito científico* na ciência da informação tem sido estudado e/ou instrumentalizado com vistas ao enriquecimento de seu domínio teórico e da sua delimitação disciplinar, à luz de sua conformação historiográfica e epistemológica. Além disso, o estudo do *conceito* no campo tem sido direcionado à busca de subsídios para as práticas relacionadas ao fenômeno da informação.

Considerando a ciência da informação como objeto de análise, prioriza-se discutir questões *metodológicas* atinentes a problemas *semânticos* que, por sua vez, ajudam a explicar problemas *ônticos* do campo. Parte-se da hipótese de que a dimensão científica (em processo) é formada por conceitos que assumem posição polissêmica e categórica, por sua relevância *ôntica* no campo teórico, podendo ser estudados mediante uma abordagem *histórico-conceitual*.

A partir dessa possibilidade, objetiva-se apresentar a *história dos conceitos* como um método historiográfico que, ao ser direcionado à crítica de fontes documentais de interesse à ciência da informação, possa auxiliar o estudo do *conceito científico* no campo. Para tanto, partiu-se da discussão metodológica desenvolvida por Rabello (2009, 2011) que fora instrumentalizada

para investigar o conceito *documento* e que poderá fundamentar outros estudos dessa natureza. Almeja-se, portanto, complementar a discussão preliminar iniciada outrora por esse autor (RABELLO, 2008), trazendo a relação mútua das dimensões *categórico-abstrata* e *analítico-causal*, ambas essenciais para a apreensão da instrumentalidade da *história dos conceitos* à ciência da informação.

CONCEITO CIENTÍFICO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O *conceito científico* tem como característica principal a prioridade do *método* – perspectiva científica – sobre a *ontologia* – perspectiva filosófica que se dedica ao estudo do *ser* e que se confunde, por extensão, com a própria filosofia (VUILLEMIN, 1987, p.117). Espera-se que o conceito dessa natureza atenda aos requisitos de delimitação necessária para que a linguagem científica possa se apoiar em representações da realidade. Ainda no início da ciência moderna, buscou-se caracterizar o conceito científico com uma simbologia criada pelo primado da exatidão e da consensualidade. No primeiro momento, as ciências naturais buscaram representar com exatidão os fenômenos da natureza.

Com a priorização do método, Vuillemin (1987) explica que são quatro as condições necessárias para tornar científico um conceito, a saber: 1) controle equacional de um elemento presente em dado sistema natural na constituição de uma lei; 2) constituição de uma linguagem técnica e não simplesmente comum; 3) evidência de conceitos implícitos (complexos) em lugar daqueles explícitos (simples) originados do modelo ontológico linguístico que não demonstravam o conjunto de axiomas que os comporiam; 4) mensurabilidade dos conceitos científicos, assim como das leis que os interligam.

À luz dessas condições, os conceitos científicos têm como traço distintivo a possibilidade de refutar a hipótese de que fazem parte; todavia, vale dizer que, no caso da refutação da conjectura, os conceitos não são totalmente descartados. A esse respeito, Vuillemin (1987, p.119) explica que “[...] a refutação

não faz mais do que traçar os limites de aproximação, no interior dos quais é ainda possível utilizar os conceitos como meios de previsão e de descrição simplificada da natureza.”

A partir do desenvolvimento das ciências naturais sob o requisito metódico de controle, mensuração e delimitação do conceito, observou-se, igualmente, a abertura da instrumentalidade do método que possibilitou o surgimento das ciências humanas por meio, principalmente, de uma nova roupagem dos princípios mecânicos da física, direcionando-os ao social. Essa abertura às ciências humanas foi atribuída, em grande medida, à interpretação do filósofo francês Auguste Comte (1972, 1983) ao apontar, na segunda metade do século XIX, uma “evolução da ciência” rumo ao estudo dos fenômenos sociais, priorizando o percurso do abstrato ao concreto e dos modos às substâncias. Com esta ampliação de escopo, o *conceito científico* passou a ser apreendido, também, como um *construto*, por possuir um significado construído intencionalmente à luz de um marco teórico e metodológico.

Essa vertente epistemológica seguiu influenciando as ciências sociais durante o século XX e se caracterizou por tentar explicar a realidade mediante a aplicação do método empírico somado ao emprego da lógica, partindo das coisas particulares para chegar a generalizações que comporiam leis universais. Conforme argumenta Japiassu (1977, p. 11, grifos do autor), o *empirismo lógico*, também denominado *neopositivismo*, se prende muito mais à “[...] elucidação da atividade científica através de uma descrição dos métodos, dos resultados, e, sobretudo, da *linguagem* da ‘ciência’ ou da ‘razão’ nas ciências, do que ao exame propriamente crítico desta atividade.”

A *linguagem* da ciência, sob a lógica do *neopositivismo*, se expressa por sua suposta objetividade, precisão e não ambiguidade dos termos. Nessa epistemologia, busca-se formatar a linguagem de especialidade da ciência à luz de sua suposta univocidade, homogeneidade e universalidade. Tal pressuposto foi sistematizado na *teoria geral da terminologia* (TGT) elaborada na década de 1930 por Eugène Wuster, cuja semelhança de abordagem pode ser observada

se comparada à obra do filósofo do *círculo de Viena*, Rudolf Carnap (LARA, 2006).

Embora o reducionismo e o formalismo excessivo da TGT tenham sido relativizados pela *teoria comunicativa da terminologia*, sob a sistematização de Maria Teresa Cabré, criticados com maior ênfase pela *socioterminologia*, defendida por Enilde Faulstich (BARROS, 2006), e questionados pela *teoria sociocognitiva da terminologia*, com base nos estudos de Rita Temmerman (LARA, 2006), o trabalho de Wuster continua sendo importante referência para muitas investigações dedicadas à linguagem de especialidade no campo científico, inclusive à ciência da informação.¹

Faz-se mister registrar que autores como Araújo (2009) e Rabello (2009) têm demonstrado a influência e a força atrativa da epistemologia *lógica* ou *positivista* na ciência da informação, sobretudo para pensar os *conceitos científicos* no seu quadro teórico-metodológico.

Para ilustrar a influência do positivismo na ciência da informação, o estudo de Araújo (2009) assinala aspectos teóricos relevantes que induzem à delimitação de um estágio que supõe a figuração da ciência da informação como uma *ciência normal*. Para tanto, o autor segue uma linha argumentativa considerando os três paradigmas² desenvolvidos por Capurro (2003), a saber:

¹ A *terminologia*, em suas vertentes tradicional e contemporânea, é empregada interdisciplinarmente para pensar a própria ciência da informação como objeto (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004), ou para pensar a linguagem de especialidade da ciência da informação (KOBASHI; SMIT; TÁLAMO, 2001) ou de outras ciências (GALVÃO, 2004), somando-se, ainda, aos esforços de se tomar os *processos de organização e recuperação* da informação como objeto no campo da ciência da informação (LARA; TÁLAMO, 2007; CAMPOS; GOMES, 2004).

² É necessário ponderar que, embora Capurro (2003) tenha sido categórico ao identificar essas três dimensões da informação no âmbito da ciência da informação, sua análise pode ser problematizada diante da incerteza ao se afirmar que tais dimensões poderiam realmente ser consideradas *paradigmas* em termos kuhnianos. Mesmo que tais teorias constituam paradigmas, o questionamento aqui sustentado parte da constatação de que, no movimento de um paradigma a outro no processo revolucionário – da *ciência normal* à *extraordinária* e desta à *nova ciência* –, ocorre a sobrevalorização e a *sobreposição* da *inovação* ante a *tradição*. Nesse sentido, questiona-se se, no caso da ciência da informação, realmente existe uma superação sucessiva entre os “paradigmas” objetivo, subjetivo e social. Nesse caso, pode-se questionar se seria correto traçar o quadro evolutivo da maneira como interpretou Capurro.

a) *paradigma objetivo/físico* – com ênfase no dado e no processo comunicativo, ou seja, na mensagem. Nela o usuário aparece como um receptor passivo da informação. Essa abordagem pode ser observada nos estudos de García Marco (1998), Pérez Gutiérrez (2000) e Rodríguez Bravo (2002);

b) *paradigma subjetivo/cognitivo* – prevê a ação informacional do usuário ou do profissional da informação de forma socialmente descontextualizada, com ênfase na interpretação do indivíduo isolado. Tal abordagem pode ser observada nos estudos de Fernández Molina (1994), Pratt (1977) e Belkin (1978);

c) *paradigma social/pragmático* – considera a informação contextualizada socialmente. Nesse caso, a informação poderá estar inserida num sistema de informação documental, que terá valor institucional/social. Em tal abordagem, o usuário é concebido como um agente ativo, um “ator social” cujas ações informacionais terão valor social, conforme é possível observar, por exemplo, nos estudos de Wersig e Windel (1985) e de Silva e Ribeiro (2002).

À luz de tais dimensões conceituais, Araújo (2009) analisou criticamente seis dos campos teóricos que constituíram a ciência da informação, a saber: 1. *teoria matemática da informação, recuperação da informação e bibliometria*; 2. *teoria sistêmica*; 3. *teoria crítica da informação*; 4. *teorias da representação e da classificação*; 5. *produção e comunicação científica*; e 6. *estudos de usuários*.

Na investigação de Araújo (2009), concluiu-se que em todos os campos estudados o conceito *informação* tem sido construído na condição de “coisa”, dotada de objetividade, em que se observam os aspectos intrínsecos da mensagem (emissão e recepção) e da funcionalidade (num modelo sistêmico). Deduziu-se, portanto, que a ciência da informação teria sido orientada por um *paradigma positivista*. A dimensão *sincrônica* do conceito *informação* sobressaiu a partir da dimensão *objetiva* da informação. Embora tenha sido considerada a tensão teórica entre as abordagens *objetiva, cognitiva e social*, sugerida por Capurro

(2003), Araújo (2009) não chegou a destacar as particularidades históricas expressas na *diacronia* do conceito.

Ao identificar a carência de instrumentos teórico-metodológicos para a investigação de tais particularidades conceituais, Rabello (2008, 2009) aponta a possível contribuição teórico-metodológica da *história dos conceitos* para a realização de estudos epistemológicos na ciência da informação.

Como será possível observar adiante, a *história dos conceitos* congrega a dimensão *categórico-abstrata*, num plano filosófico, à dimensão *analítico-causal*, num plano científico. Enquanto a primeira dimensão é caracterizada por se debruçar sobre o exercício especulativo acerca de aspectos *ônticos* relacionados ao conceito, a segunda se atém ao estudo histórico, científico, do conceito. Essa última dimensão é orientada pela tese central de Koselleck (2006), a qual estabelece que a *diacronia* – ou seja, a mudança ou estratificação semântica do conceito – encontra-se presente em seu uso *sincrônico* – ou seja, pragmático – em que subjazem permanências e repetições semânticas.

DIMENSÃO CATEGÓRICO-ABSTRATA E HISTÓRIA DOS CONCEITOS

A *história dos conceitos*, proposta pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), é um método especializado de crítica das fontes que permite investigar o emprego das noções políticas e sociais expressas nos documentos da época estudada. Parte-se do pressuposto de que esse método apresenta-se como importante ferramenta teórico-metodológica para pensar questões conceituais no campo da ciência da informação.

De acordo com Castelo Branco (2006), a construção do quadro teórico-metodológico de Koselleck foi fundamentada principalmente nas obras de Emmanuel Kant (1724-1804) e de Carl Schmitt (1888-1985). As acepções dos filósofos Martin Heidegger (1889-1976) e Hans-Georg Gadamer (1900-2002) também foram essenciais para que

Koselleck (1997) pudesse fundamentar a proposição das suas categorias de análise. Segundo afirma Pereira (2004), a base teórico-metodológica da história dos conceitos fundamenta-se, em grande medida, na abordagem hermenêutica de Heidegger e de Gadamer.

Para a construção de seu referencial filosófico, Koselleck orientou-se, primeiramente, na perspectiva ontológica de Heidegger, que prioriza o *ser* num contexto em que a hermenêutica pode ser pensada até mesmo no âmbito das ciências da natureza. Nessa perspectiva, o *todo* seria apreendido pela interpretação do *ser*, partindo-se do pressuposto de que toda compreensão é temporal, intencional e histórica. O diferencial dessa abordagem decorre da não dependência do olhar analítico para a apreensão do *ser* na medida em que ele “[...] emerge subitamente da obscuridade no contexto inteiramente funcional do mundo.” (ALBERTI, 1996, p. 12).

Em síntese, enquanto o olhar analítico-hermenêutico – perspectiva científica – estaria condicionado ao simbólico, à linguagem para informar, categorizar, caracterizar e explicar; o olhar hermenêutico de Heidegger – perspectiva filosófica – estaria preocupado em antecipar o *ser* para mostrar que ele *é*, ou seja, demonstrar que as coisas simplesmente *são* antes mesmo da linguagem, pois a “[...] simples enunciação já é interpretação, antes mesmo de sobre ela incidir a lógica.” Nesse caso, a interpretação ocorreria antes mesmo da separação entre sujeito e objeto (ALBERTI, 1996, p. 12-13).

Tais ideias de Heidegger influenciaram a teoria filosófica de Gadamer quando esse autor afirmou que *a compreensão é o próprio caminho do ser na existência*. Essa premissa foi construída por Gadamer mediante os pressupostos da dialética grega que propiciou ao filósofo suspender a separação entre sujeito e objeto. Para Gadamer, o sujeito não seria o único ponto de partida do conhecimento à medida que o objeto (texto) também lança perguntas ao sujeito de modo a tecer um diálogo interpretativo à moda platônica (ALBERTI, 1996, p. 13).

Tanto a perspectiva lançada por Heidegger quanto a lançada por Gadamer fundamentaram a formulação da problemática inicial apresentada por Koselleck referente à necessidade de a história, tradicionalmente orientada por métodos e regras em direção a resultados, passar a tomar o “tempo histórico” como objeto de análise, considerando-o como fenômeno da realidade humana – plural, diversificada e variável – expressa na natureza e na estrutura temporal.

Nessa proposição, o conceito *dasein* de Heidegger foi importante a Koselleck, que o tomou como ponto de partida da hermenêutica para pensar o “horizonte de sentido” na relação existencial entre o *nascimento* e a *morte*, à luz do processo de *maturação do humano*. A *temporalidade*, objeto de estudo historiográfico de Koselleck (1997, p. 335), revela a tensão entre duas metacategorias inseparáveis com largo grau de generalidade:

- “espaço de experiências” - que envolve o aprendizado, a recordação, a memorização, o conhecimento tácito, etc.; e
- “horizonte de expectativas” - que abarca o projeto de futuro, a expectativa do “vir a ser”, etc.

As metacategorias originadas da análise das determinações de finitude do *dasein* constituiriam uma antropologia essencial incompleta que demandaria uma lapidação no campo historiográfico. Destarte, essa ampliação antropológica se direcionaria basicamente a criar categorias para a composição de uma base teórica de modo a possibilitar a ocorrência de *histórias factuais* – ou *geschichten*. Partindo da interpretação do *dasein* heideggeriano e tomando como parâmetro as metacategorias dela originadas, Koselleck (1997, p.73-84, tradução minha) criou, ainda, as seguintes categorias:

- 1) “inevitabilidade da morte” (*sterbenmüssen*) e a possibilidade de “matar ou ser morto” (*tötenkönnen*);
- 2) oposição formal entre “amigo e inimigo”;
- 3) oposição entre “dentro e fora” – tendo como derivação, a oposição entre “público e secreto/ privado”;

- 4) “geratividade” – diferença de gerações;
- 5) relação entre “senhor e servo”.

Essas categorias formam a base epistêmica da *historik* – ciência teórica. A dimensão filosófica categórico-abstrata da *historik*, por sua vez, apresenta-se como “pano de fundo” que ajudaria a organizar outras duas dimensões – no plano analítico-causal ou científico – do estudo do passado: a *geschichte* – história factual ou disciplina da história – e a *historie* – arte de apresentação ou da narrativa (KOSELLECK, 1997, p.70). O caráter diferencial da *historik* é o seu transcendentalismo à hermenêutica à medida que representa as “estruturas de finitude” presentes na oposição das categorias que são inseparáveis e que, por sua vez, excluem-se mutuamente.

Para Alberti (1996, p.17), os pares de oposição por ele propostos constituem estruturas “[...] pré- ou extralinguísticas, isto é, categorias que apontam para modos de ser que, ainda que necessitem ser mediados pela linguagem, são em alguma medida independentes e não se abrem em mediações linguísticas.” Com isso, os pares de oposição são “pré- ou extra-hermenêuticos”, ou seja, eles remetem a “modos de ser de possíveis histórias” que provocam algo como compreender e conhecer.

A diferença entre *geschichte* e *historik* é que esta, na condição de “ciência teórica”, prioriza a *emergência* de sentido num contexto de ação transcendental e não hermenêutico. Essa percepção histórica (geral) abriria terreno para posterior análise e compreensão da *geschichte* e da *historie*, num plano marcadamente hermenêutico.

Nesse sentido, as categorias que compõem a *historik* formam estruturas pré-linguísticas e extralinguísticas que apontam para “[...] modos de ser (*seinsweisen*) que, ainda devendo ser mediadas linguisticamente, não se diluem objetivamente na mediação linguística, senão que possuem também seu próprio valor autônomo.” (KOSELLECK, 1997, p.87, tradução minha).

Desse quadro, deduz-se que a *historik* seria responsável pelo processo de “provocar textos”,

isto é, levaria à objetivação necessária no universo da *geschichte*, no instante pelo qual a disciplina se depara com um problema histórico específico a ser elucidado mediante a atribuição de sentido em busca da sua compreensão. Ao abranger as condições de possíveis histórias, a *historiké* remete a processos de longa duração que não estão contidos em nenhum texto enquanto tal, mas antes incitam a *produção de textos* num espaço, segundo Alberti (1996, p.18), “extratextual”.

A peculiaridade do estudo de Koselleck (2006) parte da sua própria perspectiva de análise em que objetiva fundir a abordagem filosófico-hermenêutica – de Heidegger e de Gadamer – ao campo historiográfico para o desenvolvimento de sua *história dos conceitos*. Noutras palavras, Koselleck une os enfoques *hermenêutico-ontológico* (filosófico) e *analítico-causal* (científico), que se mesclam sob um prisma historiográfico. Conforme ressalta Pereira (2004, p. 46-47), ambas as abordagens convergem para uma espécie de “historiografia filosófica”. A autora conclui: “Assim como Heidegger na Filosofia, Koselleck parece acreditar, no âmbito historiográfico, que todo o universo criado pelos homens se alicerça numa determinada compreensão do ser.”

A *história dos conceitos* proporciona cotejar as *categorias representativas do passado e futuro* – plano *categórico-abstrato* – com o *movimento da ação política e social* ao longo da história – plano *concreto* – no que tange às experiências históricas e às ações humanas representadas nos conceitos. Para tanto, considera a maneira com que se combinam, no presente, a experiência passada – *horizontes de experiência* – à luz das projeções em *expectativas de futuro* (KOSELLECK, 2006).

Esse quadro teórico sugere uma *história dos conceitos* que não se limita a uma propedêutica no âmbito de uma *epistemológica positivista*. O método koselleckiano se diferencia da concepção da *história dos conceitos* tradicional, defendida por Hermann Lubbe, que, sob a influência das ciências naturais, direcionou seus estudos à história da filosofia. De acordo com Villacañas e Oncina (1997, p. 12-13), a história dos conceitos proposta por Koselleck não tem a pretensão de identificar o uso promíscuo ou

arbitrário dos conceitos, para, em seguida, intervir propondo a correção, a normatização e/ou a reutilização de um conceito antigo.

A *história dos conceitos* de Koselleck propõe analisar o processo de ressignificação dos conceitos (diacronia) cotejado ao seu uso semântico (sincronia), que define linguisticamente – como um referencial – os *horizontes de experiência*. A partir da identificação da polissemia do conceito poderá emergir a tradução de significados do passado para os dias atuais, uma vez em que “[...] as palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente de permanência do mesmo conteúdo ou significados por elas designado.” (KOSELLECK, 2006, p. 105). São contempladas, portanto, questões relativas à semântica política dos conceitos no tocante ao estudo dos momentos de duração, alteração e futuridade em que uma situação política concreta se expressa linguisticamente.

Procurar-se-á evidenciar, na próxima seção, a contribuição da *história dos conceitos* para investigações epistemológicas na ciência da informação. Tal abordagem pode ser justificada à luz do princípio da não neutralidade da ciência – sobretudo no âmbito das ciências sociais – nas quais a ciência da informação encontra seu espaço de atuação. Embora essa seja uma discussão para outra ocasião, é mister dizer que parte-se do pressuposto de que a ciência é uma construção advinda de escolhas – teóricas, metodológicas, ideológicas etc. – as quais se relacionam e podem ilustrar – nos conceitos por ela empregados – disputas sociais e políticas.

HISTÓRIA DOS CONCEITOS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Noutro momento, Rabello (2008) trouxe elementos teórico-metodológicos para a escolha do conceito científico no âmbito da ciência da informação, tomando como parâmetro as orientações de Koselleck (1992). Naquela ocasião, embora o relacionamento entre as dimensões *categórico-abstrata* e *analítico-causal* não tenha sido abordado, pois o enfoque foi dado a esta última, apresentaram-se

sugestões para possíveis aplicações da *história dos conceitos* à ciência da informação.

Esta seção será dedicada à intersecção das dimensões sobreditas quando pensadas para o estudo histórico-conceitual de conceitos científicos estratégicos para a construção do quadro teórico da ciência da informação. Nessa direção, a importância de estudos de natureza histórico-conceitual na ciência da informação se justifica a partir da constatação de que esta ciência tradicionalmente, e em nome da interdisciplinaridade, tem tomado por empréstimo de outras disciplinas conceitos sem necessariamente realizar a reflexão da sua trajetória epistêmica.

A incorporação de novos conceitos, entretanto, pode se reverter num aliado para o fortalecimento e justificação do quadro teórico e metodológico. No contexto da ciência da informação, Rendón Rojas (2005, p.19) defendeu essa ideia, afirmando que:

[...] como a teoria é um sistema onde existe uma rede de enunciados e conceitos que estão interconectados, que dependem uns dos outros e que se modificam mutuamente, então, se dentro desse sistema se introduz um novo conceito ou enunciado que o contenha e o explique, isso poderá acarretar na mudança de todos os demais conceitos e enunciados. Isso significa que a tarefa principal é clarificar e não negar novos conceitos. (tradução minha).

Para pensar a apropriação de conceitos na ciência da informação e a convivência de conhecimentos novos com antigos, antes é necessário considerar que a ciência, por ser um fenômeno social, traz consigo “disputas semânticas”. A partir desse entendimento, a ciência não está livre dos conflitos e tensões nos momentos de permanência, de mudança e de projeção futura expressos conceitualmente em contextos diversos e para fundamentar diferentes estudos sobre a realidade.

A abordagem semântica de Koselleck (2006) pode ser importante instrumento para o estudo de tais “disputas”. Ao partir das metacategorias, o autor toma o estudo linguístico como “pano de fundo” para explicar a dimensão da ação social expressa nos

conceitos. O interesse do autor não é puramente “histórico-linguístico” tendo em vista que não busca apenas os significados históricos dos termos. O autor intentou transcender a perspectiva histórico-linguística ao se debruçar sobre a compreensão da experiência humana expressa na linguagem.

Na história dos conceitos proposta por Koselleck (2006), a referida experiência humana pode ser definida mediante a releitura dos *índices de realidade* (consolidados) do passado – plano sincrônico – rumo à alteração teórica identificada – plano diacrônico – mediante uma perspectiva ideal, expressa em *experiências* e em *expectativas de futuro*.

Esse tratamento qualitativo evidencia um aspecto mais profundo de análise situado no momento em que se busca a identificação da permanência dos significados dos conceitos na realidade social, contribuindo, por sua vez, para a crítica dos conceitos científicos utilizados e estudados pela disciplina histórica. Conforme afirmou Koselleck (2006, p. 115):

A história dos conceitos põe em evidência [...] a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes. Com isso, ela ultrapassa a alternativa estreita entre diacronia ou sincronia, passando a remeter à possibilidade de *simultaneidade* e da *não-simultaneidade* que pode estar contida em um conceito. (grifos meus).

Na investigação de Rabello (2009), a trajetória do conceito *documento* e a estratificação dos seus significados em distintos períodos demonstraram que na ciência da informação é possível o convívio de simultaneidade e não simultaneidade de significados.

Quando um conceito é construído, sobretudo no âmbito das ciências sociais, em formulações teóricas convergentes, ele tende a não modificar a essência de seu conteúdo. A repetição é necessária para que o conceito seja compreendido e mais bem assimilado num jogo teórico persuasivo entre os pares acadêmicos. Nesse caso, a repetição e a relativa linearidade dos conteúdos conceituais adquirem dimensão política.

A tensão política, nesse contexto, pode ser apercebida mediante a tese de Koselleck (1992, p.6), a qual postula que a diacronia está contida na sincronia do conceito. Diante da própria natureza do conceito científico, tal diacronia é deliberada e, por vezes, incisiva. Isso ocorre, por exemplo, na situação em que o teórico formula determinado conceito partindo do referencial de sua *matriz teórica* ou, em termos kuhnianos, de sua *matriz disciplinar*. Nessa situação, o conceito é proposto com vistas a refutar aqueles conceitos que não compartilham da mesma matriz. Assim, deve-se salientar que, no contexto teórico-científico, nem sempre a diacronia é tão lenta como propõe Koselleck (1992) quando pensa, no percurso histórico, a especificidade dos conceitos políticos de natureza não científica.

Considerando tal dinâmica, Rabello (2009) adaptou as categorias da *historik* de Koselleck (1997) a duas outras categorias que apresentam uma relação transcendental semelhante ao dos pares antitéticos. Tais categorias são: *tradição* e *inovação*.

A relação entre *tradição* e *inovação* as caracteriza como pares *antitéticos* porque, além de se relacionarem com as metacategorias koselleckianas *espaço de experiências* e *horizonte de expectativas*, elas se apresentam, pelo menos formalmente, como pares de oposição inseparáveis e ao mesmo tempo excludentes, característica essencial na formação das categorias que constituem a *historik*. Conquanto tais categorias tenham sido orientadoras, elas revelaram a relação dialética subjacente ao conceito estudado. Nesse caso, tanto a *tradição* trouxe elementos da *inovação*, mesmo em potencialidade, como a *inovação* herdou elementos da *tradição* teórica.

A proposição de tais categorias permitiu a Rabello (2009) que realizasse a investigação das “estruturas de finitude” subentendidas na oposição das categorias “pré- ou extralinguísticas” importantes para a criação de possíveis histórias. Noutras palavras, as categorias remeteram a processos de longa duração e provocaram textos num plano científico-disciplinar, em que a interpretação das fontes se fez necessária. Foi nesse momento que a

história dos conceitos adquiriu posição estratégica, num plano marcadamente hermenêutico.

No âmbito conceitual, o processo interpretativo desvelou tensões associativas que são perceptíveis a partir da complexidade que o termo assume diante da sua adjetivação. Para o estudo do *documento*, a complexidade pode ser percebida na sua variação semântica, como é o caso do *documento histórico* (para a história); do *documento jurídico* (para o direito); do *documento jurídico-administrativo* e *histórico* (para a diplomática e para a arquivística), etc.

Nesse estudo, Rabello (2009) considerou a possibilidade de existência de simultaneidade entre *fato* (*faktor*) e *indicador* (*indikator*). Todo construto representa algo que está além da língua, ou seja, um *indicador* de tensões no âmbito do conhecimento, da cultura, da política, etc., podendo representar interesses teóricos distintos, sob a influência de práticas profissionais, visões de mundo particulares, etc. Portanto, o conceito – na condição de um *fato* linguístico ou de um *índice de realidade* – poderá revelar evidências de como podemos atuar concretamente sobre a realidade, modificando-a. De acordo com Koselleck (2006, p. 109),

[...] os conceitos são [...] vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que o seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significação, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.

O quadro anterior apresenta a dimensão ampla e dinâmica do conceito. Ao se considerar essa

dimensão, é possível deduzir que, no processo de formação/formalização de uma teoria científica, o termo é imediato e o conceito é mediato. No contexto teórico, o termo seria a exteriorização linguística de um conceito científico o qual está “enraizado” numa complexidade lógica e histórica. No âmbito da ciência, os termos evidenciam a existência dos conceitos – ou da necessidade destes em determinada teoria –, mas não necessariamente são capazes de desvelar as intenções teóricas que um conceito científico pode representar em sua trajetória.

Nessa direção, a dimensão diacrônica do conceito *documento* foi estudada no âmbito da ciência da informação por Rabello (2009) a partir da sua relação com outras disciplinas – história, diplomática e documentação –, haja vista a imprescindibilidade do conceito para a sua justificação e construção disciplinar. Partiu-se do princípio de que a ciência da informação busca noutras disciplinas os fundamentos que contribuem para sustentar o ainda controverso signo de sua cientificidade. As categorias *tradição* e *inovação* foram importantes para incitar a elucidação de aspectos conceituais de valor *ôntico* para a ciência da informação.

No âmbito da *tradição*, observou-se a ideia de positividade no plano da filosofia da ciência do século XIX – tal como expôs Comte (1972, 1983) – e a sua influência no plano científico da história metódica ou “positivista”, proposta por Leopold von Ranke (1979). Sob esse “espírito positivo”, a diplomática, ao passo que subsidiou a pesquisa histórica – trazendo procedimentos metódicos para o estudo e verificação da autenticidade e da fidedignidade dos elementos externos e internos do documento (GAY, 1990; BLOCH, 1997; BAUER, 1957) – posteriormente foi influenciada e influenciou, em distintos momentos, as teorias das disciplinas arquivística e direito (HEREDIA, 1988; DURANTI, 1995; PAULIUS, 2000).

O conceito *documento* investigado pela “história positivista” e pela diplomática encontra similaridade ou aproximação com o enfoque *objetivo* da informação em que a natureza do *objeto/registro* predomina na sua

artificialidade e na escritura. Ambas as disciplinas ajudaram a fundamentar, por conseguinte, os valores integradores *histórico, jurídico e administrativo* do documento arquivístico, comumente estudado pela ciência da informação.

Ainda no âmbito da *tradição*, o enfoque *objetivo* da informação foi observado no *primeiro momento da documentação* – “fase positivista” – com a publicação do *Traité de Documentation* de Paul Otlet (1934). Embora o autor tenha atribuído uma dimensão categórica ao documento – considerando como suporte todos os objetos criados pelo homem, não mais restringindo tão-somente aos escritos – atribuiu, além disso, valor de objetividade sob a orientação de uma epistemologia positivista. Para tanto, estabeleceu relação entre teorias próximas aos conhecimentos gerados nos domínios da biblioteconomia, arquivística e museologia, acrescentando à informação sua dimensão *social*, ou seja, institucional.

Já no espectro da *inovação* conceitual, observaram-se as contribuições no âmbito historiográfico do movimento francês dos *Annales*, que teve como expoentes na primeira geração autores como Lucien Febvre e Marc Bloch (LE GOFF, 1978; BURKE, 1992, 1997; REIS, 2004). O movimento foi marcado pelo questionamento dos princípios norteadores da “história positivista”, dentre os quais foi possível destacar a indagação da aceção de documento. Valorizando uma postura ativa do historiador no processo de questionar as fontes documentais e, mesmo sem desconsiderar os documentos escritos, o movimento evidenciou a limitação destes documentos quando tomados como os únicos meios para a interpretação do passado. Nesse sentido, a interpretação dos objetos não escritos e, também, dos não artificiais (naturais) passou a ser apreciada com base em aspectos objetivos e subjetivos da informação.

A *inovação* conceitual também pode ser figurada no *segundo momento da documentação* – “fase hermenêutica” – na ocasião em que foi constatada certa consonância da disciplina com os pressupostos lançados pelo “movimento dos *Annales*”, a partir dos

questionamentos suscitados sobre o *documento* pela bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951). Dando continuidade aos questionamentos iniciais de Otlet, a autora abriu à documentação a possibilidade de considerar os documentos naturais, ficando evidente a atuação ativa do documentalista que atribuirá sentido ao objeto considerando os diferentes signos nele presentes. Assim, além do aspecto objetivo e social, subtendido em Otlet, a informação do documento passou a ser pensada também sob uma perspectiva subjetiva, por meio de uma abordagem hermenêutica.

O recorte proposto por Rabello (2009, 2011) demonstrou que, embora a enunciação do termo *documento* no bojo da ciência da informação pareça apresentar simplesmente uma dimensão sincrônica, a dimensão diacrônica não está apenas presente, mas ajuda a situar a disciplina no âmbito das ciências sociais, demonstrando sua dependência à interdisciplinaridade para auxiliar a pensar a sua própria disciplinaridade. Nessa direção, a polissemia do conceito *documento* demonstrou aspectos *ônticos* da ciência da informação de modo a aproximá-lo da condição de uma categoria.

A história do conceito *documento* anteriormente mencionada não objetivou atribuir a uma ou a outra disciplina estudada o arauto da cientificidade esperado para a formulação de um construto abarcador e definitivo – leia-se: conceito objetivo, em tom de definição – embora ainda hoje essa seja uma virtude propalada pelas lentes do positivismo lógico. Buscou, por sua vez, demonstrar, no quadro teórico da ciência da informação, a possível convivência de diferentes enfoques conceituais que podem ser acionados para construir e justificar teorias em distintos contextos de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das dimensões *categórico-abstratas* e *analítico-causais* é imprescindível para o emprego da história dos conceitos como uma ferramenta para o estudo do conceito científico no domínio da ciência da informação. Foi possível observar que o ponto de partida *categórico-abstrato* incita a questionamentos que

levam à indagação das fontes para a interpretação *analítico-causal* dos sentidos atribuídos ao conceito em diferentes ocasiões e contextos, em permanências e mutabilidades semânticas.

Além do conceito *documento* – que serviu de apoio para a argumentação do presente artigo – não se pode deixar de destacar a possibilidade de emprego da história dos conceitos para a realização de estudos sobre o conceito que representa o principal objeto da ciência da informação – a *informação* – bem como para a investigação de outros conceitos a ele relacionados, como, por exemplo, os conceitos *profissional da informação*, *usuário* e *instituição informativa-documental*, postos em relevo por Rendón Rojas (2005) quando propôs o *programa de investigação da ciência da informação*.

Artigo submetido em 29/09/2010 e aceito em 10/08/2011.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, 1996. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf>. Acesso em: 20 out. 2007.
- ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009.
- BARROS, L. A. Apresentação: aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da Terminologia. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.58, n.2, abr./jun. 2006.
- BAUER, W. *Introducción al estudio de la Historia*. Trad. da 2.ed. alemã por Luis G. de Valdeavellano. 3.ed. Barcelona: Bosch, 1957.
- BELKIN, N. J. Information concepts for information science. *Journal of Documentation*, v.34, n.1, p.55-85, 1978.
- BLOCH, M. *Introdução à História*. Ed. rev. aum. e criticada por Étienne Bloch. [S.l.]: Forum da História/Publicações Europa-América, 1997. p. 103-121. cap. 2.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.
- _____. *A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 154p.
- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Tesouro e normalização terminológica: o termo como base para intercâmbio de informações. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/Art_02.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.
- CASTELO BRANCO, P. H. V. B. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Shmitt e Reinhart Koselleck. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.
- COMTE, A. *Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828*. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972. p.55-136. (Biblioteca dos Séculos).
- _____. *Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. 2.ed. São Paulo: Abril, 1983. p.3-20. (Os pensadores).
- DURANTI, L. *Diplomática*. usos nuevos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: S & C Ediciones, 1995. 170 p.
- FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. *Revista Española de Documentación Científica*, v.17, n.13, p.320-331, 1994.
- GALVÃO, M. C. B. A linguagem de especialidade e o texto técnico-científico: notas conceituais. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 3, p.241-251, set./dez. 2004.
- GARCÍA MARCO, F. J. El concepto de información: una aproximación transdisciplinar. *Revista Geneneral de Información y Documentación*, v.8, n.1, p.303-326, 1998.
- GAY, P. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HEREDIA HERRERA, A. Diplomática e Arquivística. In: _____. *Diplomática general: teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1988, p. 36-43.
- JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 202 p.
- KOBASHI, N. Y., SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. de F. G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, abr. 2001. Artigo 3. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr01/Art_03.htm>. Acesso em: 23 fev. 2006.
- KOSELLECK, R. Histórica e hermenéutica. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997. p.65-94. (Pensamiento Contemporáneo, 43).
- _____. *Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- _____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9.ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. 260p. (Debates; 115).
- LARA, M. L. G. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v.7 n.4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago06/Art_02.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- LARA, M. L. G.; TÁLAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v.8, n.5, out. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out07/Art_01.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J. et al. (Org.). *A nova história*. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p. 253-288.
- OTLET, P. *Traité de documentation : le livre sur le livre : théorie et pratique*. Bruxelles : Mundaneum, 1934.
- PAULIUS RABIKASKAS, S. J. *Diplomática general*. Trad. P. Manuel Anguiano Villegas. Roma: [s.n.], 2000.
- PEREIRA, L. R. *A História e "o Diálogo que Somos": a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer*. 2004. 89f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.
- PÉREZ GUTIÉRREZ, M. *El fenómeno de la información: una aproximación conceptual*. Madrid: Trotta, 2000.
- PRATT, A. D. The information of the image. *Libri*, v.27, n.3, p.204-220, 1977.
- RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, v.13, n.26, 2º sem. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1829>>. Acesso em: 2 dez. 2008.
- _____. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=137497>. Acesso em: 5 mar. 2010.
- _____. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p131>>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- RANKE, L. v. *Leopold von Ranke: história*. Org. Sérgio Buarque de Holanda. Trad. Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979. (Grandes cientistas sociais, 8).
- REIS, J. C. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 118p.
- RENDÓN ROJAS, M. Á. *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*. 2.ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad).

RODRÍGUEZ BRAVO, B. *El documento: entre la tradición y la renovación*. Granada: Ediciones Trea, 2002. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 67).

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, fev. 2004. Artigo 3. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm>. Acesso em: 24 fev. 2006.

VILLACAÑAS, J. L.; ONCINA, F. Introducción. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997. p.9-54. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

VUILLEMIN, J. Conceito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 37, p. 77-124.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of 'information actions'. *Social Science Information Studies*, v. 5, p.11-23, 1985.